

Omissão de governante alimenta fraudes

■ Auditores da Saúde acusam governadores e prefeitos de negligenciar de modo intencional a fiscalização dos hospitais do SUS

ISRAEL TABAK

Se todos os contratos suspeitos entre políticos, administradores da saúde e donos de hospitais integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) fossem documentados por uma câmera indiscreta, não haveria fita de vídeo que chegasse. A transformação dos burocratas da saúde e de não poucos políticos em agentes avançados de quem vive das verbas do SUS é um fenômeno nacional, que explica a omissão deliberada e generalizada dos governantes na hora de fiscalizar.

Este quadro foi exposto em toda a sua crueza no Encontro da Associação Nacional dos Auditores do Ministério da Saúde, realizado há dias, em Aracaju (Sergipe). Através do depoimento dos auditores, se pode entender melhor o sentido de afirmações como a feita pelo governador Marcello Alencar, de que não tem condições para fiscalizar os hospitais do SUS. Esse tipo de

mensagem simplesmente transforma em *non sense* a principal diretriz que vem sendo pregada pelo ministro Adib Jatene: a descentralização das ações de saúde.

Se num estado que tem uma das maiores concentrações de médicos e de funcionários públicos do país não há condições de fiscalizar a saúde, como fica o resto? O ministro Adib Jatene incluiu, há tempos, o Estado do Rio no rol dos que já dispõem de know-how e técnicos bem treinados para fazer a auditoria dos serviços do SUS. "De fato, é uma afirmação muito estranha do governador. Ele tem seu próprio corpo de auditores, sem falar nos que foram cedidos pelo ministério", analisa a representante-substituta do ministro no Rio, Maria Manoela Alves dos Santos.

Mas o centro da questão não é bem esse, diz o presidente da associação de auditores do ministério, José Queiroz Silveira. "O problema não é de muito ou pouco fiscal nem de competência ou de



Manoela estranha frase de Marcello

know-how. Na realidade, os chamados gestores locais não querem fiscalizar nada, pois eles ainda são mais sensíveis que a área federal às pressões do lobby dos donos de hospitais e clínicas", afirma.

Tática — Em comum acordo com os empresários e com a intermediação de políticos que os patrocinam, "os burocratas — com raríssimas exceções — esvaziam completamente os seus sistemas locais de auditoria. Isto quando eles existem, porque em alguns estados não há nem uma estrutura mínima montada.", acusa Queiroz.

Quando um governador ou prefeito diz que não tem condições de fiscalizar hospitais — analisa Queiroz — o que ele está querendo dizer é que "não tem nenhum interesse em fazer a fiscalização, para não causar problemas a um setor vital à sua sustentação política. O lobby da saúde é o mais bem organizado e o mais disseminado no país", diz o presidente da associação.

Se não houvesse o vazamento da notícia do morticínio na Santa Genoveva, certamente Eduardo Spínola continuaria como um dos mais destacados militantes da campanha de Sérgio Cabral Filho e Mansur José Mansur se manteria como um dos mais influentes membros do Conselho Nacional de Saúde, escolhido que foi pelo consenso dos seus pares, donos de hospitais. Deputados que posam como ideológicos continuariam passeando sem constrangimentos pelos manicômios e hospitais para doentes crônicos, exatamente como fizeram antes das eleições, em troca do financiamento para as suas campanhas.

E o mais sério, conforme aponta Queiroz: "Ninguém estaria — como ainda não está, de fato — preocupado em estabelecer uma rotina séria de fiscalização ou auditoria. As nossas autoridades só mostram uma simulada indignação com o descaso na saúde depois das portas arrombadas."